

Nem PT nem PSDB...

um **partido** para o desenvolvimento

Em debate com economistas do Rio de Janeiro, o governador Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul, abordou temas a respeito da soberania, do desenvolvimento regional e da segurança pública. Para ele, o principal partido nesta conjuntura é aquele que defenda e promova o desenvolvimento do país. **Pág. 5**

Alternativas energéticas para o Brasil

Pág. 8

A exclusão social nos Jogos do Pan

Pág. 15



EDITORIAL

Partido do desenvolvimento

Em debate com economistas, na primeira atividade do Centro de Estudos para o Desenvolvimento, o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, que ensaiou sua candidatura à presidência da República pelo seu partido, o PMDB, tratou de algumas questões que dizem respeito à estratégia de longo prazo do país para a consolidação de sua soberania e de sua independência econômica e financeira.

Rigotto falou, por exemplo, da ausência de política e consciência dos governantes a respeito de questões como desenvolvimento regional. Tratou das tradicionais disparidades regionais que marcam a história brasileira, como a ausência de instrumentos de financiamento, e abordou questões de políticas agrícolas e de segurança pública.

É mais do que hora de ouvirmos e debatermos propostas que se apresentem diante das necessidades e das demandas nacionais, mas, sobretudo, está mais do que no momento de o

Brasil traçar a sua agenda de crescimento e de superação das desigualdades econômicas e sociais, e que tenha por inspiração e alvo as necessidades da grande maioria da população.

Além de Rigotto, esta edição traz a leitoras e leitores a continuidade do seminário “Pensando o Brasil”, com a palestra de Fernando Siqueira, da Aepet, sobre os desafios e as questões estratégicas que se colocam diante do Brasil no que diz respeito a uma verdadeira auto-suficiência em energia.

Em outubro, cerca de 110 milhões de eleitoras e eleitores vão às urnas escolher novos dirigentes e parlamentares para o país. Nossa intenção é que este *JE* contribua para a reflexão e o posicionamento de cada um de nós a respeito das alternativas que se apresentem diante das urnas. Se conseguirmos alcançar este intento, nossa tarefa terá sido o mais que possível cumprida. A continuidade do processo é uma escolha de cada um e de cada uma de nós. Uma boa leitura. ■

Sumário

Página 3 Conjuntura – Por que a Selic é tão alta no Brasil?

Página 5



Especial CED

– “Temos um processo de politização que é irreversível...”

Germano Rigotto

Página 8 Caderno CED - Pensando o Brasil
– As verdades sobre o gasoduto Brasil-Bolívia

Página 12 Pesquisa - Aspectos gerais da juventude de Nova Iguaçu
– Alta rotatividade e baixos salários

Página 15 Fórum Popular do Orçamento
– Jogos do Pan - metas não cumpridas

Página 16 Cursos Corecon-RJ

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30min, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello.

Editor: Nilo Sérgio Gomes

Reportagem: Rebecca Ramos

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:
Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
internet: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães - **Vice-presidente:** Paulo Sérgio Souto - **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2005/07): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães - 2º terço (2003/05): Gilberto Caputo Santos, Antônio Melki Júnior, Paulo Sérgio Souto - 3º terço (2004/06): Carlos Henrique Tibiriça Miranda, José Antônio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinho Nascimento **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005/07): Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmann Young, Regina Lúcia Gadioli dos Santos. 2º terço (2003/05): Antônio Augusto de, Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira - 3º terço (2004/06): Ângela Maria de Lemos Gelli, Jorge Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascounto da Rocha. **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascounto da Rocha. **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares. **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sérgio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza. **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa. **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriça Miranda e Wellington Leonardo da Silva. **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos. **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz. **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha. **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Por que a Selic é tão alta no Brasil?

O Plano Real constituiu marco na história do País, ao interromper o processo de alta inflação crônica, encerrando a sucessão de tentativas fracassadas de combate à inflação, que caracterizou a política econômica a partir dos anos 1980: planos Cruzado (86), Bresser (87), Verão (89), Collor I (90) e II (91).

O Plano Real consistiu em estratégia de estabilização de preços implementada em três fases, entre maio/93 e janeiro/99: ajuste fiscal de curto prazo (com o Plano de Ação Imediata e o Fundo Social de Emergência); reforma monetária (criação da Unidade Real de Valor e sua posterior transformação em real); e âncora cambial (manutenção do real sobrevalorizado).

A política monetária era conduzida com o objetivo de controlar o volume das reservas internacionais. As elevadas necessidades de financiamento do Balanço de Pagamentos (entre 1995-98, a conta corrente acumulou déficit de US\$ 110 bi) somadas à fragilidade da recém conquistada estabilidade eram apontadas pelo Banco Central como justificativas para a excessiva rigidez monetária: a Selic real média foi superior a 25% a.a., entre 1995-98.

Após a consolidação da estabilidade de preços e a flexibilização cambial, esperava-se que a Selic pudesse ser reduzida expressivamente. Isso não ocorreu: entre jan/99 e fev/05, a taxa real média foi de 11% a.a. A política monetária se transformou em verdadeira anomalia e o País tem praticado as maiores taxas de juros do mundo: em dez/2005, a Selic real era de 14% a.a., muito superior ao verificado no México (5,6%) e no Chile (menos de 1,0%), por exemplo.

Vale destacar duas conseqüências negativas desse fato: o desestímulo às decisões de investimento, comprometen-



TAXA BÁSICA DE JUROS E INFLAÇÃO – BRASIL, CHILE, MÉXICO E RÚSSIA: 2000-2005

	Brasil		Chile		México		Rússia	
	Inflação	Juros Nominal	Inflação	Juros Nominal	Inflação	Juros Nominal	Inflação	Juros Nominal
2003	9.30%	23.37%	2.81%	2.72%	4.55%	6.83%	13.66%	3.77%
2004	7.60%	16.24%	1.05%	1.88%	4.69%	7.15%	10.88%	3.33%
2005	5.69%	19.12%	3.05%	3.48%	3.99%	9.59%	12.68%	2.68%

Fonte: IBGE, Banco Mundial e FMI

do-se o crescimento econômico; e a elevada despesa com os juros da dívida pública.

Desde a adoção do Real, a economia brasileira entrou em um processo de *stop and go*, apresentando taxa média de crescimento de apenas 2,4% a.a., entre 1995-2005.

Este resultado torna-se ainda mais medíocre quando comparado com o desempenho dos países emergentes, que têm crescido a taxas consideravelmente superiores e de forma sustentável.

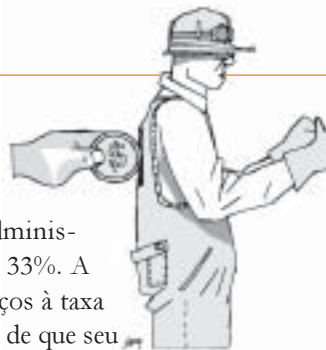
A partir de 1999, tornou-se claro o impacto da política monetária sobre as contas públicas: como o pagamento de juros tem sido absurdamente alto, verificaram-se déficits nominais superiores a 3,6% do PIB, a despeito dos superávits primários de cerca de 4% do PIB. Ou seja, tem havido uma espécie de *dominância monetária*: a política monetária afeta de forma expressivamente negativa as contas públicas. A contaminação da política fiscal

pela monetária resultou em forte crescimento da dívida, que saltou de 30% (1994) para 51% do PIB (2005). Isso ocorre devido à elevada participação das LFT (indexadas à Selic) na dívida, cerca de 50%. Assim, a manutenção da Selic em níveis elevados resulta em um custo financeiro igualmente elevado: a despesa com juros da dívida pública foi, em média, cerca de 8,2% do PIB, de 1998 a 2003.

Cinco Teses para a Selic elevada

Já se formularam cinco teses visando explicar por que a taxa básica de juros no Brasil tem sido uma das maiores do mundo: a reduzida eficácia da política monetária; a hipótese Bresser-Nakano; o efeito-convênção; a fragilidade das contas públicas; e a incerteza jurisdicional.

Segundo a tese da reduzida eficácia da política monetária, o exorbitante nível da Selic



A falta de coordenação entre as políticas monetária, creditícia e fiscal também teria contribuído para o excesso de rigidez monetária



resultaria da elevada participação dos preços administrados no IPCA, cerca de 33%. A insensibilidade desses preços à taxa de juros – somada ao fato de que seu crescimento se mostrou sistemática e consideravelmente superior à inflação dos preços livres, entre 1999-2005 – requer que os preços livres sejam excessivamente represados para compensar a forte pressão exercida pelos preços administrados sobre o IPCA. Assim, reduz-se a eficácia da política monetária: a Selic deve ser fixada em níveis demasiadamente elevados, para manter a demanda agregada suficientemente reprimida e assegurar o cumprimento da meta de inflação (Modenesi, 2003 e 2005). Para uma dada meta, a existência de preços administrados implica que a Selic deve ser fixada em nível superior àquele que seria necessário, caso todos os preços fossem livres, como mostra estudo do BC: “a política monetária poderia ter sido consideravelmente mais amena, caso os preços administrados apresentassem um comportamento semelhante ao dos preços livres” (Figueiredo e Ferreira, 2002: 26).

A falta de coordenação entre as políticas monetária, creditícia e fiscal também teria contribuído para o excesso de rigidez monetária. A elevação das despesas correntes do setor público – em 1995-2004, cresceram 5,6% por ano, em termos reais – teria expandido a demanda agregada, pressionando a inflação. Da mesma forma, a ampliação do crédito – em larga medida devido ao crescimento de 92% do crédito consignado em 2005 – teria gerado pressões inflacionárias. A falta de coordenação na definição do “mix” de política econômica, aliada à alta participação dos preços administrados no IPCA, impede que a Selic seja reduzida de forma significativa, sob pena de a meta de inflação não ser cumprida, como nos anos de 2001, 2002 e 2003.

Bresser e Nakano (2002) sugerem a existência de equilíbrios múltiplos para a taxa de juros e invertem a relação de causalidade entre o risco-país e a taxa de juros: a partir de um certo patamar, os juros se tornam um fator

determinante do risco de *default*, ao aumentarem a despesa com o serviço da dívida. Neste caso, seria a taxa de juros doméstica que determinaria o risco-país, e não o oposto, como previsto pela teoria da paridade da taxa de juros. Isso ocorreria por que a Selic seria utilizada para atingir múltiplos objetivos: controlar pressões inflacionárias do lado da demanda; evitar desvalorizações cambiais, que pressionam a inflação pelo lado da oferta; administrar o nível de reservas internacionais; e financiar o déficit público.

Nakano se inspira no conceito de convenção (Keynes, 1937) para justificar a manutenção da Selic em níveis elevados. Segundo ele, a inflação estaria controlada e não haveria pressão de demanda – o desemprego é elevado e, pois, não haveria também pressões salariais; a produção industrial apresentou queda no último tri/2005 e o superávit primário foi de 5% – o que não justificaria a parcimônia do Comitê de Política Monetária (Copom) em reduzir a Selic. A conjuntura internacional seria altamente favorável – o País tem elevado saldo em contas correntes (mais de US\$ 13 bi), o risco Brasil está no patamar mais baixo da história (cerca de 210 p.p., medido pelo Embi+), a economia mundial está em expansão, e as condições internacionais de liquidez são favoráveis –, o que possibilitaria uma queda mais acentuada da taxa básica. A lentidão no processo (iniciado em 2005) de redução da Selic somente se justificaria pela aceitação, por parte do BC, de convenção estabelecida pelos os agentes econômicos de que a taxa de juros de equilíbrio é de cerca de 14% a.a.; e o Copom deve se basear em uma regra de Taylor, que “suavize” as variações da taxa básica.

É difundida a idéia de que a Selic tem sido mantida em patamar elevado para induzir os investidores a carregarem títulos públicos. Como a dívida pública é alta e seu perfil ruim

(maturidade média inferior a 26 meses e mais da metade composta por LFT), o BC não poderia reduzir os juros sob pena de comprometer a demanda por seus títulos. Delfim (2005) e Giambiagi (2002) sustentam que zerar o déficit público nominal é pré-condição para a redução da Selic.

Segundo Arida, Bacha e Lara Resende (2003), a incerteza jurisdicional – viés anti-credor e interpretação desfavorável dos contratos em processos legais – explicaria a inexistência de financiamentos de longo prazo, em jurisdição brasileira (em moeda doméstica ou externa). Este fato, somado às distorções de política econômica – conversibilidade limitada do real, mecanismos de poupança compulsória (FGTS, PIS/Pasep) –, justificaria a manutenção da Selic em níveis elevados.

O debate sobre as causas do excesso de rigidez monetária ainda é incipiente e está longe de se encerrar. Nenhuma das teses esgota o problema, ainda que cada uma traga à tona aspectos relevantes de uma questão que não parece ter resposta única. Assim, não se trata de discussão inócua. Antes pelo contrário, a diversidade das teses sugere que o desafio de reduzir a taxa de juros – e completar o período de consolidação da estabilidade de preços iniciado com o Plano Real – deve ser travado em várias frentes. Não compete apenas ao BC a tarefa de criar as condições para uma redução mais significativa da Selic: ele é um dos principais responsáveis pela estabilidade, mas certamente não tem a capacidade de resolver todos os problemas subjacentes. O BC precisa de aliados: ele não é o guardião da estabilidade, mas sim, *um deles*. Afinal, a elevação excessiva da Selic não é um fenômeno meramente monetário... ■

* Professor do IBMEC e pesquisador do IE/UFRJ. Autor de “Regimes Monetários: teoria e a experiência do real” (Manole).

Referências

- ARIDA, P. BACHA, E. e RESENDE, A. (2003), “Credit, Interest and Jurisdictional Uncertainty: Conjectures on the Case of Brazil” in F. GIAVAZZI, I. GOLDFAJN e S. HERRERA (orgs.). *Inflation Targeting, Debt, and the Brazilian Experience: 1999 to 2003*. Cambridge: MIT Press.
- BRESSER, L. C. e NAKANO, Y. (2002), “Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade”. *Revista de Economia Política*, v. 22 (3), pp. 146-180.
- DELFIN, A. (2005). “Déficit Nominal Zero”. *Economia & Tecnologia*, Ano 01, Vol. 02.
- FIGUEIREDO, F. M. R. e FERREIRA, T. P. (2002), “Os Preços Administrados e a Inflação no Brasil”. Banco Central do Brasil, Trabalhos para Discussão, 59.
- GIAMBIAGI, F. (2002), “Um cenário normativo para a economia brasileira com reforma tributária e controle do gasto público. BNDES, *Texto para Discussão*, 92.
- KEYNES, J. M. (1937), “The General Theory of Employment” *Quarterly Journal of Economics*, v. 51 (2), pp. 209-223.
- MODENESI, A. M. (2003), *Regimes Monetários: Fundamentos Teóricos e a Experiência do Plano Real*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF).
- _____, (2005), *Regimes Monetários: teoria e a experiência do real*. Barueri: Manole.
- NAKANO, Y. (2006), “Antes que os populistas tomem conta”. *Valor Econômico*, 17/01/06.

ESPECIAL CED Germano Rigotto, governador do Rio Grande do Sul

“Temos um processo de **politização** que é irreversível...”

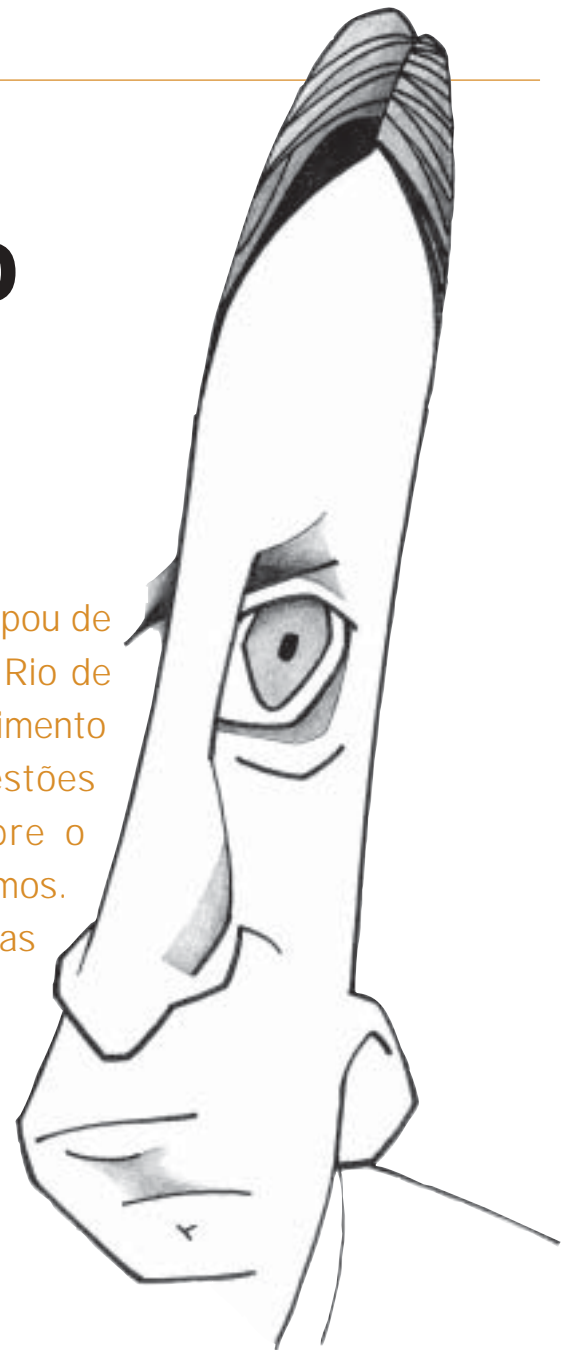
O governador Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul, participou de um encontro organizado pelas entidades de economistas do Rio de Janeiro, que constituem o Centro de Estudos para o Desenvolvimento (CED), no qual expôs pontos de vista e respondeu a questões formuladas por economistas e focadas no debate sobre o desenvolvimento econômico do país e as alternativas de rumos. Aonde queremos ir e como queremos crescer? As perguntas feitas estão em destaque, resumidamente.

Qual sua posição em relação à política agrícola? Que tipo de postura em relação à política industrial que seja também integrada à política ambiental?

Germano Rigotto – Com a mecanização, estão substituindo o homem que trabalhava na lavoura. Temos um processo de mecanização que é irreversível e faz com que se tenha uma diminuição do número de empregados no setor agrícola, mas que, de qualquer forma, está também gerando empregos. Vou lá para o meu estado: 60% das máquinas e implementos agrícolas produzidos no Brasil são produzidos no Rio Grande do Sul. Quantos empregos estão sendo gerados? E há outra questão: têm pessoas que são deslocadas de onde trabalhavam, na zona rural, perdem o emprego e muitas delas se não tiverem alternativas acabam se “favelizando” e vivendo em condições de pobreza nas grandes cidades. Se formos analisar as mudanças no setor agrícola, elas são de ampliação do setor, mas uma ampliação que não significa aquilo que está acontecendo no Centro-Oeste e Norte do Brasil, que é uma ampliação que compromete o meio

ambiente, desmatando. Ou seja, esse crescimento do setor agrícola tem limites. Acho que o Brasil tem que continuar produzindo grãos, ao máximo. É importante que o Brasil chegue a 25, 30 milhões de toneladas de soja; é importante que o Brasil use outras alternativas de energia, utilizando, por exemplo, o etanol, o que gera emprego. Essas questões têm que ser bem analisadas.

O biodiesel, por exemplo. Anunciei a instalação da primeira fábrica de biodiesel, no Rio Grande do Sul. Vou anunciar um outro investimento, de outra fábrica de biodiesel, que vai utilizar a soja. Essa fábrica de biodiesel poderá processar 800 mil toneladas de soja/ano, ou seja, de 8% a 10% de toda a soja que o Rio Grande do Sul produz. Isso significa gerar empregos e pode gerar muito mais com a produção de mamona, girassol e a produção de biodiesel. Então, esse processo vai crescer muito. Tem uma espécie de mandioca produzida no Rio Grande do Sul, com tecnologia nova, que vai se produzir álcool com a mandioca. Então, essa possibilidade



que o Brasil tem de buscar a produção de biodiesel, de etanol, conhecendo não apenas a cana de açúcar, significa a necessidade de nós ampliarmos a nossa fronteira agrícola e isso significa a possibilidade de termos mais geração de empregos. Agora, a gente tem que ter consciência que a agricultura hoje não é a agricultura de 10 anos atrás, e que esse processo significa o aumento da produtividade e da produção, mas nasce o desemprego na zona rural. Por isso, são necessárias políticas fortes de apoio ao pequeno produtor. A agricultura familiar, a agroindústria familiar tem que ser incentivadas, ter políticas fortes para manter esse pequeno agricultor produzindo e tendo renda.

Não ouvimos falar mais em política regional de desenvolvimento – o que o senhor pensa disso?

Rigotto – Concordo plenamente quando dizem que as políticas de desenvolvimento regional não são claras, vivem em cima de incentivos que não definem o enfrentamento das desigualdades regionais. Sempre entendi que um banco de fomento teria que ser uma ferramenta para desenvolver e ajudar no desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas. Essa é a função de um banco como o BNDES e dos próprios bancos estatais. Ainda temos, no Rio Grande do Sul, o Banrisul e a Caixa, mas os bancos estatais desapareceram. Não abro mão do Banrisul, porque ele está trabalhando com grande lucratividade, é um banco em que parte do lucro vai para o Tesouro do estado. Procuramos que, hoje, o banco não tenha aquilo que antes existia: um cabide de emprego. Hoje os controles que existem sobre os bancos estatais não permitem isso; há a responsabilização do dirigente que tomar uma atitude que vá contra um parecer técnico. O banco estatal pode, sim, ser uma ferramenta para ajudar nesse processo de desenvolvimento. Nós procuramos trazer desenvolvimento para essa metade Sul muito pobre, a metade Sul que cresceu em cima da pecuária, da monocultura extensiva, da produção de arroz, de ovinos e nada mais. Não houve industrialização. Então, esse Rio Grande do Sul rico e o Rio Grande do Sul pobre, o que se tem que fazer? Tem que aproximar uma parte da outra e aí todo um trabalho que há vários anos se vem fazendo para esse processo de desenvolvimento maior da região pobre. E graças ao trabalho que fazemos, hoje podemos comemorar uma metade do Sul que tem condições que não tinha. Recuperamos a pecuária. Havia cinco frigoríficos fechados e nós reabrimos todos e os estamos preparando para ganhar mercado internacional, inclusive, com as políticas de saúde animal. Nós levamos o

reflorestamento. Votorantin, Aracruz, grandes projetos de reflorestamento em regiões que não têm muita condição de produzir soja e trigo, por causa da qualidade do solo. Então, temos uma alternativa nova para aquela região. Conseguimos levar agora a indústria naval; estamos com a P-53, construída 60% lá e 40%, no Rio de Janeiro. Estamos fazendo com que tenha uma nova vocação em uma região que precisa disso para gerar emprego e renda, utilizando o BNDES, o Banrisul, a Caixa.

O MST está sendo financiado e treinado para tocar fogo no Brasil. As Forças Armadas do país estão desestabilizadas, sem armamentos, sem comida e sem dinheiro. Governando sem as Forças Armadas, o país consegue impor a sua política?

Rigotto – Eu sou um otimista. Não creio que tenhamos a necessidade de usar as Forças Armadas. Elas já têm um papel tão importante na segurança interna, na segurança das nossas fronteiras, na garantia da nossa soberania, e não vejo a necessidade de um retrocesso, no sentido do pensamento político. Hoje, temos uma realidade que a gente precisa destacar: essa preocupação com a corrupção, com relação à segurança, é também uma questão de quanto menos emprego, mais insegurança. As Forças Armadas têm sido chamadas para ajudar os órgãos de segurança a garantir, como aconteceu aqui no Rio de Janeiro, minimamente a segurança da população. Mas não é tarefa das Forças Armadas dar segurança à população, a tarefa delas é outra: é garantir a nossa soberania, as nossas fronteiras etc. Mas vejo que as Forças Armadas podem ser chamadas para esse

tipo de contribuição, de auxiliar em momentos difíceis, de perda de controle com relação à questão da segurança pública, em que iniciativas de grupos radicais possam tentar aproveitar momentos para criar instabilidade. Eu acho que as Forças Armadas hoje estão tendo um papel muito importante para o Brasil, e também concordo que a desinstrumentalização não é à toa; sei o que representa o desaparecimento em nossas Forças Armadas. E que enquanto existe essa realidade, comprometemos R\$ 157 bilhões para pagar o custo da dívida. Poderíamos ter esses recursos para investir em educação, saúde, infraestrutura, segurança...

Mas alguém sabe da gravidade da situação do sistema prisional, hoje? Não dá para acreditar. É uma bomba pronta para explodir a qualquer momento, em qualquer estado da Federação, porque o número de apenados é muito grande. Aí cobram que a Justiça seja mais dura, que a nossa lei de execuções penais seja mais dura. Mas aonde vão colocar esses apenados? Não tem lugar. Sabe quanto custa construir um presídio para 450 apenados? R\$ 14 milhões. Para começar a construir há o problema da área, pois ninguém quer presídio perto da sua propriedade. Então, é um horror conseguir área para construir um presídio e R\$ 14 milhões, R\$ 13 milhões, no mínimo, só para a construção. Aí vão me dizer “se nós investirmos mais em educação, vamos ter menos necessidade de construir presídios”. Com certeza. Se tivermos mais empregos, vamos ter menos problema de violência. O emprego tem a ver com a formação profissional, investimento na educação, com a

possibilidade de diminuição dos problemas sociais, da violência. Temos um processo de politização do Brasil que é irreversível, essa politização que não chegava a estados menos desenvolvidos, como no Norte e no Nordeste, hoje, com as informações chegando em tempo real,



A agricultura familiar, a agroindústria familiar tem que ser incentivadas, ter políticas fortes para manter esse pequeno agricultor produzindo e tendo renda

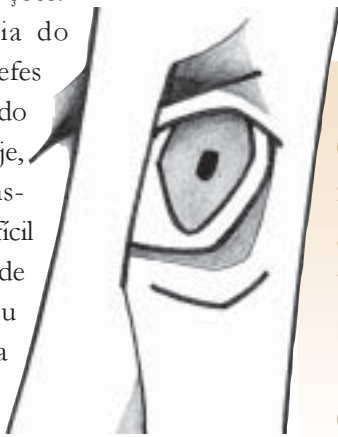
com as pessoas tendo acesso a todas as informações, através do rádio e da TV, mesmo às vezes a informação não sendo boa, isso faz com que as pessoas se politizem. E essa politização, no meu modo de ver, ela é que vai fazer com que tenhamos condutas mais corretas dentro da vida pública. Quem é que não sabe o que aconteceu no Norte e no Nordeste, onde simplesmente os coronéis compravam as eleições?

Hoje, há ainda influência do coronelismo, dos grandes chefes políticos, mas muito menos do que tinha há 10, 15 anos. Hoje, as pessoas estão mais conscientes. Hoje é muito mais difícil acreditar em uma proposta de pirotecnia: “olha, eu vou reduzir os juros com uma varinha de condão”. As pessoas querem saber como, de forma consistente, concreta, se

vai reduzir os juros. Como mudar o câmbio? Como fazer que esse país cresça? Qual é o papel do Banco Central, o Banco Central que fala hoje em autonomia e tem toda autonomia do mundo...? Simplesmente, se tem uma caixa preta do BC, não se sabe exatamente porque as decisões são tomadas. O BC não presta contas a ninguém. O BC estabelece políticas que mexem com a vida da sociedade toda e fazem com que tenhamos menos emprego. Eu pergunto: há países em que o BC tem autonomia, mas ele tem contas a prestar ao Congresso Nacional. Ele tem que dizer as razões da sua política, definir caminhos mais transparentes. E o nosso BC não tem isso. Esta é a discussão que temos que fazer: qual é o papel definitivo do BC?

As alternativas que precisamos construir significam o seguinte: não é nem o PT, nem o PSDB. Não é o neoliberalismo do PT, nem do PSDB. É uma alternativa nova, que seja baseada obrigatoriamente no desenvolvimento. E um desenvolvimento que não seja só para um, dois, três ou quatro anos. Quando se fala em Índia,

China e Brasil e a gente vê os índices de crescimento da China e da Índia e não vê o do Brasil, quer dizer que estamos em um caminho totalmente errado. O papel das Forças Armadas é fundamental, mas tenho certeza que por mais que exista esse desencanto, por mais que exista essa preocupação com o crescimento da violência, temos que, dentro da ordem legal, na



Mas alguém sabe da gravidade da situação do sistema prisional, hoje? Não dá para acreditar. É uma bomba pronta para explodir a qualquer momento, em qualquer estado da Federação, porque o número de apenados é muito grande

própria democracia, encontrar os caminhos que signifiquem não permitirmos retrocesso – o que não é bom para ninguém, nem para as próprias Forças Armadas.

Quais seus pontos de vista sobre as rodadas de licitação de áreas e bacias petrolíferas, como vê alternativas para o cerco dos EUA à Amazônia e as pressões dos países ricos sobre a questão das marcas e patentes?

Rigotto – Há que se ter atenção ao fato da existência de marcas que são brasileiras, são do país. A França resolveu que uma determinada marca era francesa e que não poderia deixar de ser francesa, e com toda razão. Se falarmos sobre a Embraer, por exemplo (e essa globalização das ações da Embraer é perigosíssima), hoje ela é uma marca brasileira que está ganhando mercado internacional, voando pelo mundo inteiro e com todas as grandes companhias aéreas mundiais. Essa marca é nossa e não podemos perder de maneira nenhuma o controle da Embraer, com capital nacional. Acredito, então, que cada caso é um caso. As em-

presas estratégicas e até nem tão estratégicas, mas, por exemplo, mas que estão se tornando grandes multinacionais, se expandindo pelo mundo, isso é bom para o país. Se uma empresa estrangeira disser que o controle é dela, vamos deixar isso acontecer? Não! O governo tem que ter uma posição muito clara de onde ele pode intervir para evitar que nós percamos controle. A questão da Petrobras é fundamental. Tem que ter claramente uma posição para evitar essa perda do petróleo que está sendo explorado. Ótimo, estamos caminhando para a auto-suficiência, mas essa auto-suficiência dentro desse processo de extração e produção pode ser relativa, porque parte desse petróleo está comprometida e nós não temos comando sobre ele. E tem que ter um tipo de

controle, e que passa por termos instrumentos que evitem que esse capital seja usado de forma predatória.

Dados do Ipea mostram que no Rio de Janeiro trocou-se o crescimento econômico pelo de homicídios. Quais alternativas, em uma visão de longo prazo, podem ser praticadas para os problemas emergenciais?

Rigotto – Quem tem a responsabilidade pela segurança pública? É só o estado? Qual a participação do governo Federal nesse agravamento da questão da segurança pública? É só investir mais em educação, ter mais empregos? Não. Ao lado do emprego, qual a ação da segurança pública que tem que integrar mais os estados, a União e os municípios? No Rio, com certeza, essa é uma questão fundamental. Há um esquecimento, um abandono do Rio de Janeiro em termos de parcerias mais efetivas com o governo Federal, que está na questão das desigualdades regionais; a história do “paulistério” em governos que se sucedem, com São Paulo sem enxergar o que está acontecendo com o resto do Brasil. ■

As verdades sobre o gasoduto Brasil-Bolívia

Fernando Siqueira

Petróleo e soberania nacional foram os temas da palestra de Fernando Siqueira, ex-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), na série de debates

“Pensando o Brasil”, que diversas entidades promovem, com encontros semanais no auditório da ABI. Siqueira relembrou o processo de entrada da Petrobras na Bolívia, revelando situações e imposições nem sempre bem conhecidas do público leitor.

Temos assistido, um pouco atônitos, as adesões de antigos adversários da Petrobras que agora falam em sua defesa. Temos, hoje, a revista *Veja* defendendo ardorosamente a Petrobras, e até a Miriam Leitão, que é o Roberto Campos de saia e que virou defensora também da Petrobras. O que está acontecendo? Estamos vendo a Bolívia, exercendo um papel que sempre defendemos: a defesa de suas riquezas.

Quando se implantou esse projeto do gás da Bolívia e a Petrobras foi profundamente penalizada, não vimos e nem ouvimos nenhuma manifestação dessas figuras, que hoje estão defendendo a Petrobras. Pelo contrário: defendiam, ardorosamente, a ida da Petrobras para a Bolívia. A Associação dos Engenheiros da Pe-

trobras (Aepet) pode falar com muita tranquilidade, porque foi profunda e explicitamente contrária a esse projeto do gasoduto Brasil/Bolívia, da forma como ele foi concebido. Queríamos, sim, um gasoduto, mas não um

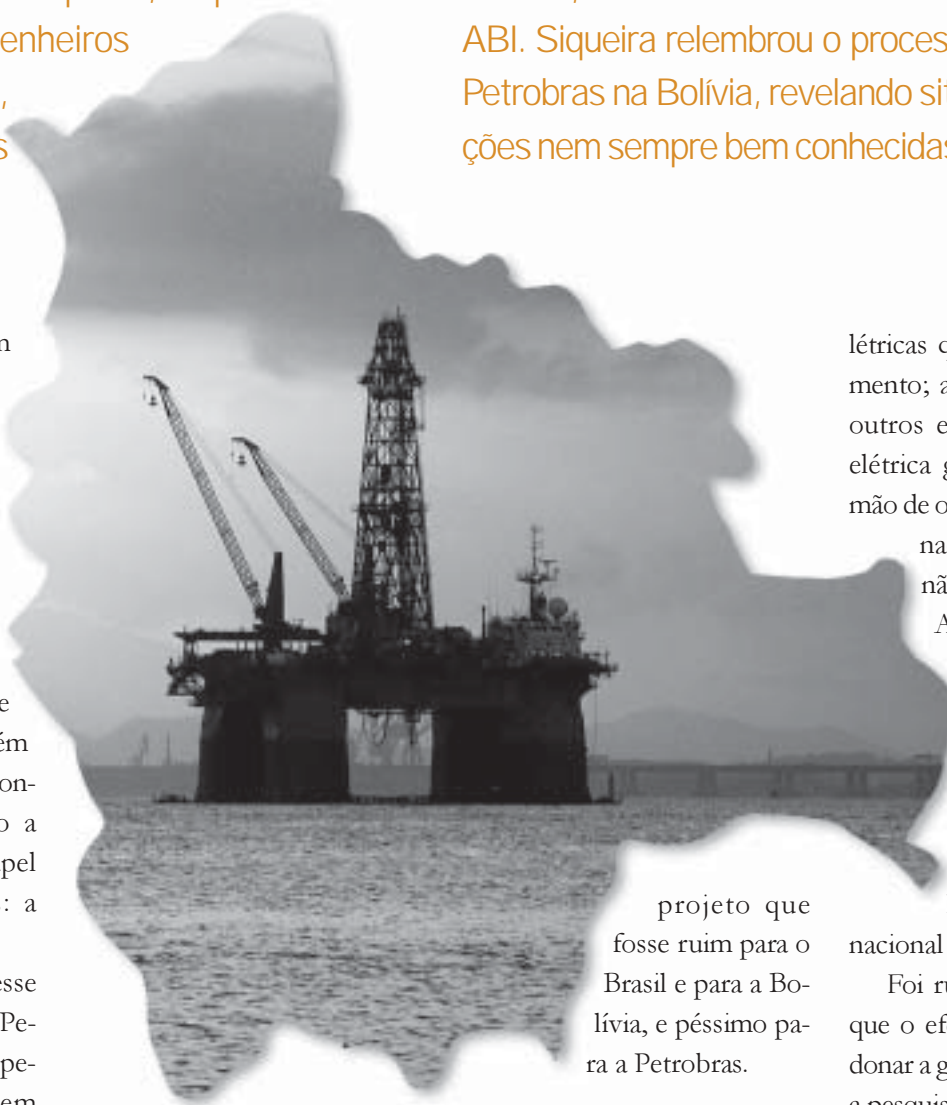
projeto que fosse ruim para o Brasil e para a Bolívia, e péssimo para a Petrobras.

Por que era ruim para o Brasil?

Porque para viabilizar a energia elétrica gerada pelo gás da Bolívia, o Fernando Henrique paralisou 15 projetos de hidre-

létricas que estavam em andamento; alguns em construção; outros em projeto. E energia elétrica gerada em reais, com mão de obra nacional e recursos nacionais; energia limpa, não poluente e renovável. Abandonamos essa energia, e optamos por sujar a matriz energética brasileira, indo buscar uma energia que era comprada em dólar, atrelada ao preço internacional do petróleo.

Foi ruim para o Brasil porque o efeito colateral de abandonar a geração de hidrelétrica e a pesquisa de energia renovável, biomassa, em favor de uma energia que era vinda de um controle de empresas multinacionais, era ruim para a Bolívia porque boa parte do gás estava em mãos de outras empresas e a Bolívia tinha pouco mais de 10% dele. No



passado, a Bolívia teve a maior mina de prata do mundo, tinha estanho, e toda riqueza do país foi levada para enriquecer a Europa e os EUA.

Hoje, a Bolívia tem como principal riqueza o gás e é muito justo que eles exerçam o seu direito à soberania, direito de usufruir desse gás. E não podemos negar esse direito, até porque temos muito mais a perder nessa história. Somos um continente tropical. Portanto, temos um potencial enorme de energia de biomassa vinda do sol, além da energia eólica. Temos um potencial de geração de energia renovável, que nenhum outro país consegue. Além disso, temos uma biodiversidade que é a maior do mundo, a riqueza do futuro em termos de farmacologia. Temos muito a perder se não defendermos o direito à soberania e à autodeterminação da Bolívia.

O projeto era ruim para o Brasil, ruim pra Bolívia e péssimo para a Petrobras porque, em primeiro lugar, era antieconô-

mico. As multinacionais, inclusive a Shell, que descobriu um campo no Peru, em 1981, e não tinha a menor condição de vender o gás para ninguém, menos ainda para a Bolívia: as multinacionais dependiam de um gasoduto que ligasse ao único mercado possível, na época, que era o Brasil. Mas esse gasoduto custava 12% ao ano, de custo financeiro, e dava 10% ao ano, de taxa interna de retorno. Era um produto que não se pagava, economicamente. E aí, obrigaram a Petrobras a fazê-lo.

Além de deslocar recursos da Bacia de Campos, onde o retorno era 80% ao ano, a Petrobras teve que aplicar nesse projeto uma cláusula – “take or pay” – em que uma vez contratada uma quantidade de gás, importando ou não se ela foi consumida, tem que pagar por essa quantidade. E se passou a importar 18 milhões de metros cúbicos e a pagar por 25 milhões, e hoje se importa 27 milhões e se paga por 30 milhões de metros cúbicos por dia, por-

que o risco de mercado é da Petrobras. E nós da Aepet, na época, dizíamos que esse mercado não existia na quantidade que oferecida e determinada na época. E tínhamos razão. A nossa proposta foi um projeto alternativa, de trazer o gás natural liquefeito por ferrovia. Por R\$ 10 milhões você colocava a ferrovia Corumbá/Bauru em condições de trazer a quantidade de gás que o mercado exigia, e, na medida em que o mercado fosse crescendo, a proposta era ir aumentando o alcance do nosso gasoduto, diminuindo o trajeto da ferrovia, apesar que a ferrovia continuaria a servir também para o transporte de produtos minerais da Companhia Vale do Rio Doce, lá perto de Corumbá.

Era um projeto de pouquíssimo risco, em que não teria esse comprometimento enorme da Petrobras, porque além de bancar essa cláusula do “take or pay”, que era o risco de mercado, a Petrobras tinha que bancar o risco cambial. Quando o

dólar valorizou, em 1999, em 90%, a Petrobras foi obrigada a bancar o risco cambial para financiar as multinacionais. E, por último, a Petrobras teve que bancar a compra dos megawatts/hora gerados no Brasil. Então era risco de 100% para a Petrobras e 0% para as empresas estrangeiras detentoras das reservas de gás da Bolívia. O pior projeto da história da empresa.

Portanto, nós, hoje, com a mesma autoridade em que defendemos a não realização desse projeto como foi feito, defendemos também a posição do Governo Lula, de negociar de país para país, porque o presidente Evo Morales está exercendo a sua autoridade prometida na campanha para presidente, de defender os interesses do povo boliviano. E nós temos que defender os valores da soberania e da autodeterminação dos povos, e queremos, inclusive, que o presidente Lula adote o exemplo do Evo Morales e também preserve as riquezas brasileiras.

Os números de uma dependência

O petróleo hoje contribui com 32,5% da matriz energética mundial e o gás natural mais 18%, constituindo 50% do total da matriz energética do mundo. Em segundo lugar, está o carvão com 26%. Isso mostra que a dependência do petróleo ainda deverá durar, pelo menos, mais de 20 anos porque tão

cedo não iremos conseguir um substituto para deslocar o percentual da participação do petróleo na matriz energética. O Brasil tem mais condições de substituir o petróleo, mas isso não se faz da noite para o dia.

Por isso, quando os companheiros do PT nos pediram uma proposta no campo de

energia para o governo Lula, a primeira sugestão foi parar com as licitações de petróleo e, em segundo, fazer uma empresa estatal de bioenergia integrada com Petrobras, Eletrobras e BNDES, com auxílio técnico da Embrapa. Nos países em desenvolvimento quem desenvolve tecnologias



são as empresas estatais, porque as multinacionais não as desenvolvem. Elas desenvolvem centros de pesquisa, pegam mão de obra barata e trazem para cá e nos cobram em forma de *royalties*. As empresas nacionais não desenvolvem tecnologia porque não têm condições financeiras para aplicar em uma atividade que tem um risco elevado e, portanto, elas lutam pra sobreviver.

Nossa proposta foi fazer essa empresa integrada por esses órgãos que teriam condição de pesquisar e desenvolver.

Como a Petrobras sempre esteve no campo do petróleo (gerar, comprar a tecnologia e repassá-la para as empresas privadas) e a tecnologia usada no petróleo serve para diversas atividades, se criou um desenvolvimento industrial enorme para o Brasil, que foi inibido por FHC, quando abriu o mercado nacional irresponsavelmente e que fez um decreto chamado “Re-petro”, que isentou as empresas estrangeiras de pagamento de impostos, enquanto não isentava as empresas nacionais.

Então, essa dependência de petróleo é terrível. Nós temos

um panorama das reservas mundiais que é o seguinte: em primeiro lugar está a Arábia Saudita, com 260 bilhões de barris; depois, o Irã, com 182,5 bilhões; e o Iraque, com 115 bilhões. Há uma desconfiança de que o Iraque teria mais petróleo do que a Arábia Saudita, porque, desde 1990, com o embargo dos EUA, o Iraque não pesquisa novas áreas. Então, o Iraque tem potencial para ter uma reserva maior que a Arábia Saudita e uma das principais razões de não ser é porque ele foi invadido criminosamente e mentirosamente.


para tomar conta aquífero Guarani), mais as bases no mundo todo. Juntando essas bases com o consumo interno, estima-se que os EUA consumam 65% do petróleo produzido. Seria mais ou menos 15 bilhões de barris por ano, para quem tem 29 bilhões. Não há condição de ir muito longe.

A conclusão é que a partir de 2008, 2010, o pico de oferta acontecendo, teremos o terceiro e irreversível choque do petróleo. O primeiro aconteceu em 1973, e foi por causa da afirmação da OPEP. Esses países se juntaram e elevaram o preço do barril de US\$ 2 para US\$ 8,6. Fizeram, em outubro de 73, um embargo contra os EUA, ao qual a Arábia Saudita aderiu, devido à aliança EUA/Israel. De US\$ 8,6 passou para US\$ 11. O segundo choque aconteceu em fevereiro de 1979, com a revolução iraniana. Nesse ano, o barril bateu seu recorde de US\$ 87 (corrigidos para hoje), que foi o maior preço do petróleo até hoje.

Os EUA têm apenas 29,4 bilhões de barris de reserva e, segundo os especialistas, consome por dia 23 milhões de barris, aproximadamente, 7,6 bilhões de barris por ano. Ou seja, 7,6 bilhões para quem tem 29,4 bilhões representam menos de quatro anos de duração das reservas. Pode-se imaginar, então, o que seria o EUA sem petróleo. Por isso ele tenta tomar o petróleo do mundo inteiro. Agora, esse consumo que representa mais ou menos 30% da produção mundial é interno aos EUA, pois, ainda se tem que levar em conta as bases militares que consomem grande quantidade de combustível, como a do Iraque, a do Afeganistão, as da América Latina (tem uma no Paraguai,

para tomar conta aquífero Guarani), mais as bases no mundo todo. Juntando essas bases com o consumo interno, estima-se que os EUA consumam 65% do petróleo produzido. Seria mais ou menos 15 bilhões de barris por ano, para quem tem 29 bilhões. Não há condição de ir muito longe.

Um novo choque do petróleo



Universidade Santa Úrsula

PENSE GRANDE
"VIVENDO SE APRENDE"

67
anos

CURSOS DE GRADUAÇÃO

Processo Seletivo 2º Semestre / 2006 e 1º Semestre / 2007

Cursos	Inscrições
Arquitetura e Urbanismo	PERÍODO 03 de maio a 02 de junho de 2006 LOCAS CENTRAL DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO AO ESTUDANTE-USU Rua Ferrari, 42 sub-releja - sala 105 - Botafogo de segunda a sexta-feira, de 8 às 18 horas COLÉGIO SANTA ÚRSULA Rua Gago Coutinho, 14 - Laranjeiras de segunda a sexta-feira, de 9 às 16:30 horas INSTITUTO NOSSA SENHORA DA PIEDADE Rua Madre Thais, 107 - Inhaú - BA de segunda a sexta-feira, de 8:30 às 17 horas
Engenharia Civil Engenharia Elétrica Engenharia Mecânica	
Letras Pedagogia	Provas 04 de junho de 2006
Filosofia Teologia	
Ciências Biológicas Nutrição	Projeto Especial Educador REDAÇÃO 04 de junho de 2006
Administração Ciências Contábeis Ciências Econômicas	
Matemática	Informações Universidade Santa Úrsula - USU Site: www.usu.br Diretoria de Avaliação e Excelência - DAVE Rua Jornalista Orlando Dantas, 59 - Botafogo - RJ Tel.: (21) 2554-2521 / (21) 2554-2500 - ramais 2007 / 2008 E-mail: dave@usu.br Central de Atendimento e Acompanhamento ao Estudante USU - CAAE-USU Rua Ferrari, 42 sub-releja / sala 105 - Botafogo - RJ Tel.: (21) 2554-2522 / (21) 2554-2500 ramal 2126 E-mail: cae@usu
Psicologia	
Direito	
Engenharia de Computação Bacharelado em Sistemas de Informação Bibliotecologia	
Projeto Especial Educador	

a defasagem oferta/demanda vai aumentar em alta velocidade. As grandes descobertas que ocorreriam no mundo já foram feitas, e não há perspectivas de novas descobertas.

Alguns dizem que o petróleo vai durar mais 40 anos ainda, podemos ficar tranquilos. Se durar mais 40 anos será em condições desfavoráveis porque não vai atender a demanda. Por volta de 2008 a demanda deverá crescer muito forte, e a oferta decrescer. A situação econômica mundial será muito preocupante, porque nós não estamos conseguindo nos livrar da

dependência do petróleo. Há estudos de que nos próximos 20 anos essa dependência vai continuar e em alguns aspectos o petróleo vai ser mais difícil de ser substituído. Se consegue substituir a gasolina pelo álcool, o diesel pelo biodiesel, mas na petroquímica a coisa fica mais difícil.

O Brasil tem condições de fazer a pesquisa sobre biodiesel. O biodiesel tem um subproduto que é a glicerina, produto que pode gerar a gliceroquímica. Vários produtos do petróleo poderão ser substituídos pela gliceroquímica, como, por exemplo, o plástico para refrigerantes,

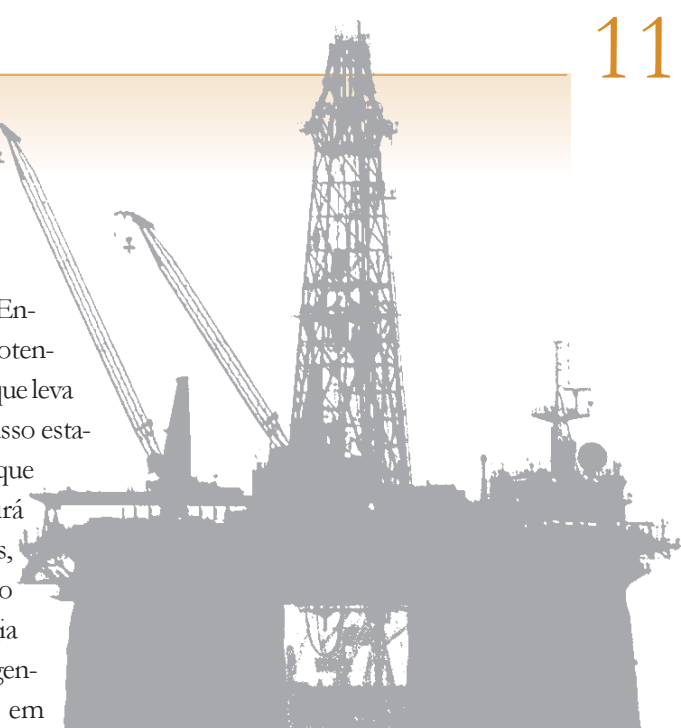
para próteses. Enfim, tem um potencial enorme, só que leva tempo e além disso estamos prevendo que o Brasil investirá R\$ 100 bilhões, até 2010, e zero bilhão em energia renovável. Se a gente não investe em nada de energia renovável, não vamos descobrir nada de energia renovável. Esse é o grande erro do atual governo.

Primeiro, exportar petróleo, fazer licitação que encurta as nossas reservas. Fazendo isso, encurta o tempo que temos para substituir o petróleo. É desejável que substituamos o petróleo por energia renovável, energia limpa e eterna. O biodiesel, a energia solar, eólica são para sempre, e estamos pessimamente colocados nos termos atuais. Há um levantamento da Coppe de que poderemos ter 142 gigawatts provenientes da energia eólica. São 10 usinas de Itaipu que nós poderemos gerar de energia eólica, comercialmente viável, mas que existe pouco investimento. O potencial de biodiesel no país é fantástico: temos oito milhões de quilômetros quadrados, a maior reserva de água doce e o binômio na biomassa é água e sol. Está faltando o mínimo de apoio governamental aos agricultores brasileiros. Essa energia que é gerada no Brasil inteiro gera emprego em todo

o país, não apenas na Bacia de Campos ou na de Santos.

Estamos dormindo em cima de um potencial enorme em energia para substituir o petróleo e além disso estão dilapidando nossas reservas na medida em que “atingimos a autosuficiência”. É um bem que vem para o mal, porque seremos obrigados, a partir da autosuficiência, a exportar o excedente e fazer isso significa encurtar a vida do nosso petróleo. Hoje nós temos 13 bilhões de barris e um potencial para mais 10 bilhões, não mais do que isso, 23 bilhões. Se dividirmos isso por um consumo previsto em 1 bilhão e 200 milhões de barris por ano, em 2014 voltaremos a ser importadores e aí, provavelmente, o petróleo vai ser em dólar, em até US\$ 200, o barril. Imaginem o que é isso para a economia brasileira: importar petróleo a US\$ 200 o barril?

É, portanto, uma visão absolutamente antiestratégica fazer leilões de áreas de petróleo e exportar petróleo como se está fazendo. ■



HC HOTEL CENTRAL PARQUE
www.hotelcentralparque.com.br

Em São Lourenço MG a sua melhor opção em conforto e lazer.
Localizado em frente ao Parque das Águas
Rua Melo Viana - 28 - Centro
Tel/Fax - (35) 33321512.

O Hotel oferece: solário com piscina, sauna e bar, sala de projeção, salas de jogos, sala de TV, sala de fitness, centro de convenções, coffee shop 24h e muito mais...

Descontos para economistas registrados.

PESQUISA: ASPECTOS GERAIS DA JUVENTUDE DE NOVA IGUAÇU Rogério Rocha e Viviane Almeida*

Alta rotatividade e baixos salários

Estudo recente feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostrou que quase 50% dos desempregados, no município de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, são jovens entre 15 e 24 anos, com chance três vezes maior que os adultos de ficarem sem trabalho, o que é considerado pela própria OIT como um problema, pois os jovens nessa faixa representam um quarto da população em idade de trabalhar.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, os mais jovens enfrentam dificuldades para conseguir trabalho. Em 2003, os trabalhadores até 24 anos representavam 19,5% dos ocupados. Em 2005, essa parcela caiu para 18,2%. Ou estes jovens estão enfrentando mais dificuldade ou estão sendo mais criteriosos.

É o caso de quem se dedica ao estudo e procura emprego, mas recusa as ofertas ruins, segundo Márcio Ferrari, analista do IBGE. Ainda, segundo a pesquisa, em 2004, muitos jovens foram empurrados para o mercado de trabalho para ajudar a recompor a renda de suas famílias. Com os ganhos de renda obtidos nos últimos meses, esses jovens podem ter deixado de procurar emprego.

Mercado formal de trabalho

De acordo com o censo 2000, Nova Iguaçu tinha 754.519 habitantes, correspondente a 7,0% do contingente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com uma proporção de 93,8 homens para cada 100 mulheres, segundo o estudo socioeconômico elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em 2005. A tabela 1 mostra a quantidade de habitantes no município de Nova Iguaçu em 2000 e a divisão por faixa etária. (Fonte: IBGE)

Faixa Etária	Quantidade	Porcentagem
Pessoas residentes - 15 a 17 anos - municípios vigentes em 2001	42.594 habitantes	5,6
Pessoas residentes - 18 a 19 anos - municípios vigentes em 2001	30.009 habitantes	3,98
Pessoas residentes - 20 a 24 anos - municípios vigentes em 2001	69.995 habitantes	9,27
População total de 15 a 24 anos	142.598 habitantes	18,89
Pessoas residentes - resultados da amostra - municípios vigentes em 2001	754.756 habitantes	100,00
População estimada 2005 em 01.07.2005	830.902 habitantes	

A maior parcela de jovens se encontra na faixa entre 20 e 24 anos, com um total de 69.995 habitantes, em 2000. Interessante observar que o total de jovens na faixa de 15 a 24 anos corresponde a 18,89% da população total, no ano em questão, ou seja, há um relevante contingente de jovens no município. A tabela 2 mostra o número de

Este trabalho tem como foco o levantamento de dados para que seja possível o mapeamento das características sócio-econômicas dos jovens de Nova Iguaçu e o entorno, priorizando a faixa etária de 16 a 24 anos. A análise aborda variáveis como população, gênero, grau de escolaridade, situação no mercado de trabalho (como rendimento e rotatividade), aspectos da violência e outros tipos que apontem tanto qualitativa quanto quantitativamente as características e o comportamento dos jovens, neste contexto. Todas essas informações vão servir de base para a elaboração de um projeto de políticas públicas, elaborado pela Secretarias Municipais de Trabalho e Emprego e de Indústria, Comércio e Agricultura, direcionado para jovens nesta faixa etária dentro do projeto Bairro Escola.

jovens que estão empregados no mercado de trabalho formal, divididos pelos grandes setores. A maioria destes jovens encontra-se empregado no setor de comércio e no de serviços, com o maior número inserido na faixa entre 18 e 24 anos. (Fonte: MTE - RAIS 2004)

	até 17 anos	18 a 24 anos	TOTAL
Industria	40	1694	1734
Construção civil	3	408	411
Comercio	144	5932	6076
Servicos	59	4344	4403
Agropecuaria, extr vegetal, caça e pesca	0	10	10
Total	246	12.388	12.634

Na tabela 3, percebemos que a divisão por gênero revela que o número de homens empregados no mercado de trabalho formal é maior que o número de mulheres. Entretanto, essa distância pode ser considerada pequena. A desigualdade, caso haja, de fato deverá ser mais bem avaliada através de outras variáveis como, por exemplo, a faixa salarial que será vista posteriormente. (Fonte: MTE - RAIS 2004)

	até 17 anos	18 a 24 anos	TOTAL
Masculino	158	6.912	7.070
Feminino	88	5.476	5.564
Total	246	12.388	12.634

A tabela 4 mostra o número de trabalhadores no município, com a divisão por grau de instrução. A maioria dos jovens possui a oitava série completa e o segundo grau incompleto e completo. A parcela destes jovens que, ao menos, tenha ingressado no curso superior ainda é muito pequena: somente 499 jovens, com 18 a 24 anos, empregados no mercado de trabalho formal estão cursando uma faculdade dentro de um total de mais de 12.000 jovens. (Fonte: MTE – RAIS 2004)

Números de Jovens Trabalhadores por Grau de Instrução (2004)			
	até 17 anos	18 a 24 anos	TOTAL
Analfabeto	0	27	27
4ª série incompleta	2	161	163
4ª série completa	4	349	353
8ª série incompleta	24	846	870
8ª série completa	43	2.564	2.607
2º grau incompleto	114	1.754	1.868
2º grau completo	54	5.908	5.962
Superior incompleto	4	499	503
Superior completo	1	280	281
Total	246	12.388	12.634

A tabela 5 mostra a média salarial dos jovens empregados, em 2004. A faixa salarial que abrange a maior quantidade de trabalhadores nessa faixa etária é a de um a três salários mínimos. Vale destacar que aproximadamente 52% destes jovens ganham entre um e um salário mínimo e meio. (Fonte: MTE – RAIS 2004)

Números de Jovens Trabalhadores por Faixa Média Salarial (2004)				
	até 17 anos	18 a 24 anos	TOTAL	%
Até 0,5 salário mínimo	4	33	37	0,29
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	90	499	589	4,66
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	131	6473	6604	52,3
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	10	2911	2921	23,1
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	7	1.582	1.589	12,6
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	3	594	597	4,73
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	0	124	124	0,98
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	1	102	103	0,82
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	0	40	40	0,32
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	0	4	4	0,03
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	0	2	2	0,02
Mais de 20,00 salários mínimos	0	1	1	0,01
Ignorado	0	23	23	0,18
Total	246	12388	12634	100

A quantidade de jovens admitidos no primeiro emprego é pequena, segundo a pesquisa. Apenas 2.659 dos entrevistados conseguiram o primeiro emprego no mercado de trabalho formal. Para os que já haviam trabalhado anteriormente foi relativamente mais fácil reingressar no mercado de trabalho. Num total de 12.634, 3.907 conseguiram outra vaga no mercado.

A tabela 7 revela a taxa de rotatividade destes jovens no mercado de trabalho. Diversas pesquisas sobre o mercado de trabalho apontam que a alta rotatividade enfrentada pelos trabalhadores é uma das formas de precarização das relações de trabalho vigentes. No mercado de trabalho formal no município, observamos que aproximadamente 34% dos trabalhadores permanecem até 5,9 meses no emprego, ou seja, há uma alta rotatividade destes trabalhadores. Apenas 2.706 trabalhadores permanecem de 12,0 a 23,9 meses no mesmo emprego. (Fonte: MTE-RAIS 2004)

Números de Jovens Trabalhadores por Taxa de Rotatividade (2004)			
	até 17 anos	18 a 24 anos	TOTAL
Ate 2,9 meses	45	2377	2422
De 3,0 a 5,9 meses	61	1757	1818
De 6,0 a 11,9 meses	92	2584	2676
De 12,0 a 23,9 meses	44	2662	2706
De 24,0 a 35,9 meses	4	1.613	1.617
De 36,0 a 59,9 meses	0	1.114	1.114
De 60,0 a 119,9 meses	0	280	280
Ignorado	0	1	1
Total	246	12388	12634

Primeiras conclusões

O mercado de trabalho está cada vez mais exigente não só em Nova Iguaçu como no Rio de Janeiro e no mundo. Cada vez mais se exige que os jovens tenham alguma experiência anterior, fazendo com que os que estão à procura do primeiro emprego encontrem dificuldades de acesso ao mercado.

Em Nova Iguaçu, observamos, através dos dados da Rais, que a maior parte dos jovens trabalhadores está alocada no setor de comércio e de serviços. Em relação à divisão por gênero, há uma pequena diferença entre o número de homens e de mulheres empregados no mercado de trabalho formal, em 2004, mas os homens ocupam a maior parte dos postos. Quanto ao grau de instrução, a maior parte possui o ensino fundamental e médio (67,82%) e apenas 281 possuem nível superior completo, representando 2,22% do total, mostrando que é pequeno o número de jovens graduados.

Entretanto, poderíamos dizer que este número é pequeno porque a maioria dos jovens na faixa etária de 16 a 24 anos estaria ainda cursando a graduação. Mas, quando cruzamos os dados, vemos que o número dos que estão com curso superior incompleto também é reduzido. Com relação ao rendimento médio verifica-se que mais da metade ganha entre um e um salário mínimo e meio, seguido dos que ganham entre um salário mínimo e meio a dois salários mínimos (23,1%).

Em relação ao perfil dos jovens que estão cadastrados no banco de dados da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego vale destacar que aproximadamente 42% estão à procura do primeiro emprego e aproximadamente 58% possuem alguma experiência profissional. Observa-se também que entre jovens da faixa etária em questão todos são solteiros e que a divisão por gênero é praticamente igual, sendo que o sexo feminino predomina por apenas 2% das pessoas que se cadastraram.

Quanto ao perfil desses jovens por etnia, pelas informações deste banco de dados da Secretaria observamos que 35,2% se declararam pardos e 30,3% destes jovens optaram por não declarar sua etnia. Sobre o grau de instrução, notamos que a maioria (43,2%) possui ensino médio completo e que o número de jovens com ensino fundamental incompleto é mais que o dobro daqueles que possuem o ensino fundamental completo. ■

*Rogério Rocha, economista, sub-Secretário de Trabalho e Emprego da Prefeitura de Nova Iguaçu – RJ.

Viviane Almeida, economista, assessora da Semte/PCNI.

Agradecimentos aos estagiários: Deise Vilela (UFRRJ), Emerson Araújo (UFRRJ) e Fabiano Costa (UFRJ).

É FÁCIL DECORAR. É FÁCIL REFORMAR.

O Banrisul financia para você.



* Crédito sujeito a aprovação.

Financiamento Construção & Decoração

Para construir, reformar ou decorar sua casa ou escritório, conte com o Banrisul. Faça um orçamento em qualquer estabelecimento comercial, apresente-o em sua agência e o Banrisul financia* com prazo alongado e parcelas fixas, incluindo as despesas com a mão-de-obra. Dessa forma, o lojista recebe à vista e você pode negociar um desconto.

www.banrisul.com.br
banrisul
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

 Governo do
Rio Grande do Sul
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

Jogos do Pan

Metas não cumpridas

Considerado fator decisivo na escolha da cidade do Rio como sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007, o legado social foi sistematizado através da criação da Agenda Social que estabelece metas a serem cumpridas até os cinco anos seguintes aos jogos.

A Agenda Social é composta por programas e projetos que beneficiem direta ou indiretamente populações de comunidades cujo IDH-2001 esteve abaixo de 0,8. Os grupos beneficiários são: crianças e adolescentes, jovens, idosos, mulheres e gênero, portadores de deficiência e população em extremo risco social. Além destes, há um eixo chamado de “projetos transversais” que atendem a vários grupos populacionais.

Jovens, mulheres e idosos

Com base em informações oficiais fizemos um levantamento das execuções orçamentárias dos programas (ou ações) relacionados com o atendimento das metas da Agenda Social, nos exercícios de 2003 a 2005, e no primeiro quadrimestre de 2006. Todavia, uma análise mais abrangente poderá ser conferida em nossa página virtual. Cabe ressaltar também que buscamos o resultado físico das ações, entretanto, nos casos em que existem metas relacionadas com mais de um programa de trabalho não é possível fazer uma relação direta entre o quanto foi gasto em cada ação e o resultado quantificado desse investimento.

Apesar disto, destacamos o percentual de execução (desde 2003 até julho de 2005) de uma meta pertencente a cada eixo da Agenda Social.

A meta de ampliação do atendimento das creches, até 2007, é de 70 mil atendimentos, porém, até julho de 2005 atendeu-se pouco mais de 43 mil. Os programas identificados são “Rio Criança Maravilhosa” e “Construção, reforma e ampliação de unidades de ensino infantil – creches”. O

primeiro, em 2003, liquidou R\$ 250 mil, e nos anos seguintes não foi executado. O segundo não foi executado em nenhum dos anos em análise.

Portadores de Deficiência

Ampliação do ensino fundamental para alcançar pelo menos 45 mil beneficiários até 2007, em julho/05 alcançou 32 mil. Encontramos o “Programa de atendimento a jovens e adultos”, que objetiva ampliar e qualificar o atendimento, visando atendimento em diferentes horários e locais da comunidade. Em 2003, liquidou R\$ 65 mil, e nos anos seguintes não foi executado. A ampliação do programa de educação de mães visa, até 2007, alcançar 40 mil atendimentos e alcançou, em julho de 2005, cerca de 21 mil. No entanto, não consta nenhum programa identificado voltado para mulheres e gênero. O “Programa de assistência social para idosos” não foi executado em nenhum dos anos analisados.

Aos portadores de deficiência destinam-se

e ao sistema de transporte. Este programa de trabalho não foi executado nos anos analisados.

Objetiva estruturar a rede de atendimento para população em situação de rua, de forma a que se tenha uma cobertura total da demanda até 2007. Até julho de 2005 foram atendidas 10.674 famílias. A ação referente à população de rua é o “Programa de assistência social para população de rua”. Em 2003, não estava previsto no orçamento. Em 2004, foi liquidado cerca de R\$ 10,6 milhões, e, em 2005, foi liquidado cerca de R\$ 5,2 milhões. Em 2006, não consta no orçamento.

População em risco social

Uma das metas é expandir o programa Saúde da Família e o de Agentes Comunitários de Saúde nas áreas de menor IDH, atingindo 30% da população (cerca de 1,8 milhão) até 2007. A ação referente ao primeiro é a “Implantação de equipes de Saúde da Família em áreas de risco social”, cujo objetivo é ampliar e reorganizar a assistência.

Em 2003, liquidou cerca de R\$ 22,6 milhões; em 2004, R\$ 35,1 milhões; em 2005, R\$ 24 milhões. Já em 2006 não consta no orçamento.

Acompanhamos a trajetória dos montantes referentes à Agenda Social. O somatório das ações previstas, em 2003, foi de R\$ 481 milhões, porém, realizou-se

R\$ 437 milhões, ou seja, 6,19% de toda despesa realizada pela prefeitura. Em 2004, projetou-se uma despesa de R\$ 669 milhões, contudo, realizou-se R\$ 142 milhões a menos. Em 2005, a expectativa voltou a cair, ficando em torno de R\$ 378 milhões e o dispendido em R\$ 462 mil.

Estima-se, para 2006, um gasto ainda inferior ao realizado no último ano, R\$ 440 mi. No primeiro quadrimestre do ano realizou-se 117 milhões. Se o dispêndio continuar nesse ritmo teremos uma realização anual ainda menor. ■

Agenda Social	2003	2004	2005	2006	
				Autorizado	Realizado
Crianças e Adolescentes	36,25	41,22	51,10	71,90	17,90
Jovens	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00
Mulheres e Gênero	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Idosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Portadores de Deficiência	1,71	6,00	5,30	1,50	0,00
População em extremo risco social	0,00	10,60	5,20	0,00	0,00
Programas/Projetos Transversais	368,60	422,10	320,10	289,00	73,60
Restantes	30,79	47,05	82,17	77,31	25,08
Total	437,42	526,97	463,87	439,71	116,58

OBS: Dados referentes às dotações liquidadas de 2006 não incluem programas da administração indireta, pois a base de dados do período utilizado foi o FINCON. Fonte: Prestação de contas 2003, 2004, 2005 e Fincon em 30/04/06 2006. Em R\$ Milhões

metas para a adaptação da acessibilidade dos portadores de deficiência em 100% dos prédios públicos, até 2007. Outra diz respeito à ampliação para 3% do percentual de ônibus do sistema rodoviário municipal adaptados ao transporte de deficientes. No entanto, em julho de 2005 este percentual alcançou 0,21%.

Uma das ações que se relaciona com as metas é “Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência”, cujo objetivo é garantir acesso das pessoas portadoras de deficiência aos espaços

Cursos do Corecon para 2006

ECONOMIA BRASILEIRA: EVOLUÇÃO PÓS-REAL E CONTROVÉRSIAS ATUAIS

(30 de junho a 1º de setembro às sextas-feiras - de 18h45 às 21h30 - Curso de 30 horas-aula) *Professor Carlos Augusto Vidotto (Professor Adjunto - UFF)*

O curso destina-se a profissionais de economia e áreas conexas que desejem fazer uma reciclagem, bem como a estudantes que tenham interesse em complementar sua formação acadêmica com uma discussão atual da economia brasileira.

O principal objetivo do curso é confrontar abordagens alternativas das principais questões a) setoriais, b) macroeconômicas e c) sócio-econômicas que compõem o panorama contemporâneo da economia brasileira. Esse escopo contempla, naturalmente, a discussão de proposições de políticas associadas a cada uma dessas abordagens. O horizonte temporal coberto pelo curso circunscreve-se à etapa inaugurada com a edição do Plano Real, salientando as mudanças ocorridas no primeiro semestre de 1999 como marco referencial dessa trajetória.

O método básico do curso consistirá, predominantemente, de sessões expositivas apresentadas pelo professor, com apoio do datashow, abertas à participação e debates em sala. Quando conveniente, serão apresentadas comparações que permitam colocar o caso brasileiro em perspectiva internacional. A bibliografia básica, que acompanha este programa, compõe-se de coletâneas recentes e inclui obras autorais que expressam uma visão amadurecida da problemática nacional em seu conjunto. A bibliografia complementar, que cobrirá o período mais recente possível (até 2005), refere-se a investigações de pontos específicos desse grande panorama e será divulgada oportunamente. Para a disponibilização dos resumos de aulas, envio de material bibliográfico adicional e correio eletrônico será organizado um "grupo de discussão" na Internet.

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO: GRANDES PENSADORES (de 22 de junho a 24 de agosto - de 18h45 às 21h30 - às quintas-feiras - Curso de 24 horas-aula) *Professor André Augusto (Professor Adjunto - UFF)*

CURSO DE MACROECONOMIA (de 27 de junho a 29 de agosto - das 14h30 às 17h - Curso de 30 horas-aula) *Professor Carlos Maximiliano Monteiro do Rêgo*

CURSO ANÁLISE DE INVESTIMENTO (dias 17, 18, 24, 25 e 26 de julho - de 18h45 às 21h30 - Curso de 15 horas-aula) *Professor Eduardo de Sá Fortes (UCAM)*

Informações e inscrições: www.economistas.org.br
Telefones: (21)2103-0118 e 2103-0119

HOTEL BEIRA PARQUE 
www.hotelbeiraparque.com.br

São Lourenço





Av. Getúlio Vargas
15 - Centro - São
Lourenço - MG
(35) 3332 2121

Em frente ao
Parque das Águas

Aptos. equipados com TV, ar condicionado,
frigobar e telefone.
Área comum: solário com piscina, ducha e sauna;
sala de jogos e sala de TV.

Descontos para economistas registrados.

 **Universidade Santa Úrsula** 67
PENSE GRANDE
"VIVENDO SE APRENDE"

CURSOS SUPERIORES TECNOLÓGICOS

INFORMAÇÃO - DESCOBERTA - PREPARAÇÃO
2 anos de duração - Diploma Superior

PROCESSO SELETIVO 2º SEMESTRE / 2006

Cursos	Inscrições
Gestão em Marketing	PERÍODO 03 de maio a 02 de junho de 2006
Gestão em Finanças	LOCAIS CENTRAL DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO AO ESTUDANTE USU Rua Firani, 42 sobreloja - sala 105 - Botafogo de segunda a sexta-feira, de 9 às 18 horas
Gestão em Varejo	COLÉGIO SANTA ÚRSULA Rua Gago Coutinho, 14 - Laranjeiras de segunda a sexta-feira, de 9 às 16:30 horas
Gestão em Pessoas	INSTITUTO NOSSA SENHORA DA PIEDADE Rua Madre Thais, 157 - Itaus - BA de segunda a sexta-feira, de 8:30 às 17 horas
Gestão em Produção	Processo Seletivo
Gestão em Logística	ENTREVISTA De 05 de maio a 02 de junho de 2006, conforme agenda - 40 pontos
Gestão em Hotelaria	ANÁLISE DO MEMORIAL De 05 de maio a 02 de junho de 2006, conforme agenda - 30 pontos
Gestão em Turismo	PROVA DE REDAÇÃO 04 de junho de 2006 - 30 pontos
Gestão em Esporte e Lazer	Informações
Gestão em Ecoturismo	Universidade Santa Úrsula - USU Site: www.usu.br
Gestão em Meio Ambiente	Centro de Avaliação e Excelência - CAVE Rua Jordana dos Olivais, 100 - Botafogo - RJ Tel.: (21) 2594-2022 / (21) 2594-2500 - fax: 2597 / 2598 E-mail: ca@usu.br
	Centro de Atendimento e Acompanhamento ao Estudante USU - CAAG-USU Rua Firani, 42 sobreloja / sala 105 - Botafogo - RJ Tel.: (21) 2594-2522 / (21) 2594-2500 ramal 2126 E-mail: caag@usu.br